



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O PROGRAMA DE AÇÃO E ORÇAMENTO PARA 2018

1- CONSIDERAÇÕES GERAIS

O programa de Ação para o ano de 2018, apresentado pela Direção da APPDA – Lisboa, transmite em traços gerais linhas de orientação que se coadunam com a sua missão, visando o desenvolvimento e o melhoramento dos serviços prestados pela Associação.

Todavia, a introdução de algumas metas inovadoras, que consideramos ambiciosas e positivas, poderão tornar-se de difícil execução a curto prazo, pelo que seria aconselhável a sua implementação num período mais alargado e de forma gradual, sob pena de não se atingirem os objetivos pretendidos, nomeadamente a melhoria do bem-estar dos utentes da APPDA - Lisboa.

O Orçamento para 2018, que acompanha o Programa de Ação, foi elaborado tendo por base a previsão para o fecho de contas do exercício de 2017, prevendo-se para a maioria das rubricas que o compõem um aumento entre os 1% e os 2%, quer nos proveitos quer nos custos.

A exceção àquela regra traduz-se no aumento esperado de 3,3 % e 4,86 %, respetivamente nas rubricas de “subsídios, doações e legados à exploração” (cerca de 40.500 €) e de “outros rendimentos e ganhos” (cerca de 6.700 €). Paralelamente também é esperado nos “custos com Pessoal” um aumento de 2,36 % (cerca de 30.000 €).

Este orçamento, a concretizar-se, implicará um Resultado Líquido previsional negativo para 2018, na ordem dos 4.500,00 €.

Consideramos que a Direção da APPDA – Lisboa deverá continuar a procurar fontes de receitas extraordinárias de forma a atingir o equilíbrio financeiro e económico da Associação no futuro, não devendo contudo promover o aumento dos custos, sem que estejam antes asseguradas fontes de receita que, de uma forma duradoura, possam sustentar àqueles.

2- PARECER

O Conselho Fiscal considera que o Programa de Ação para 2018 cumpre os objetivos estatutários da Associação, e que o Orçamento, embora ambicioso no que respeita a alguns proveitos, se encontra bem elaborado.

Assim considera este Conselho Fiscal que tanto o Programa de Ação como o Orçamento para 2018 se encontram em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral.

Lisboa, 16 de Novembro de 2017

O CONSELHO FISCAL